

A FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O PAPEL NA CONSTRUÇÃO DA CRITICIDADE

Rafael Bueno da Silva¹

RESUMO: O escopo central do presente artigo é gerar uma discussão acerca do trabalho de filosofia com crianças nas séries iniciais e a relação deste com o desenvolvimento da criticidade dos alunos. Os embasamentos teóricos do artigo são os estudos realizados por Matthew Lipman a partir do qual outros autores são visitados. A conjectura contida neste trabalho é de que a filosofia deve fazer parte do cotidiano escolar desde a educação infantil, pois, através disso, serão proporcionados espaços para o desenvolvimento de pesquisas, leituras e, sobretudo, debates, os quais são premissas da formação de um sujeito crítico capaz de interferir de maneira significativa no meio social em que vive.

Palavras-chave: Educação infantil. Filosofia. Crítica. Sociedade.

ABSTRACT: The scope of the present paper is to generate a discussion about the philosophy of working with children in the early grades and its relation to the development of students' critical. The basements of the article are theoretical studies by Matthew Lipman from which other authors are visited. The conjecture in this paper is that philosophy should be part of everyday school life from early childhood education, because through this, spaces will be provided for the development of research, reading and especially debates, which are premises of the formation of a critical subject can interfere significantly in the social environment in which he lives.

Keywords: Early childhood education. Philosophy. Critical. Society.

1 INTRODUÇÃO

A inserção da filosofia nas séries iniciais é um tema de ampla discussão no contexto educacional. Existe ainda por parte daqueles que fazem a educação grande resistência em relação à emergência de uma reestruturação curricular que objetive uma educação dialógica e reflexiva.

As justificativas frente à defesa da inclusão da filosofia para crianças são tão extensas quanto aquelas que favorecem sua ausência no contexto educacional. Essa última ideia apresenta-se frente à construção do conhecimento como algo paradoxal.

O padrão tradicionalista de educação prima por uma postura passiva por parte do educando, privando-lhe de questionar as informações arremessadas pelos

¹ Graduado em Filosofia pela Faculdade Católica de Anápolis. Especialista em Formação para Professores do Ensino Superior pela Universidade Paulista. Mestrando em Ciências da Educação pela Universidade Americana. Professor assistente da Faculdade Serra da Mesa, Uruaçu (GO). E-mail: rafaelbueno_87@hotmail.com.

professores. E, muitas vezes, aquele que questiona ou interroga seu mestre é visto como indisciplinado e rebelde. Essa alocação é justificável perante a percepção de que a educação tradicional está viva e operante, escondida nos interstícios do ambiente escolar.

A educação é espaço de construção do mundo, é a partir dela que se estabelecem cidadãos críticos capazes de observação e ação frente aos desafios imputados pela vida. Portanto, para que exista uma visão integral de educação é preciso “fazer filosofia”, pois é ela o instrumento de reflexão para tais desafios.

Nesse sentido, Lipman (1999) acentua:

Assim como um gato pode ser mais prontamente encorajado a buscar a saída de uma caixa se o mecanismo de tranca for operado por um cordão ao invés de uma chave, assim uma criança é mais rapidamente encorajada a participar da educação se esta enfatizar a discussão em vez de exercícios monótonos com papel e caneta. A discussão, por sua vez, aguça o raciocínio e as habilidades de investigação das crianças como nenhuma outra coisa pode fazer. (1999, p. 41)

Diante desse problema, o presente artigo apresenta o quanto se faz imprescindível discutir sobre o papel da filosofia na construção da criticidade do aluno nas séries iniciais, tendo como perspectiva a valorização da autonomia intelectual e a liberdade individual inerente a todo e qualquer indivíduo.

2 FILOSOFIA E CONSTRUÇÃO CRÍTICA

Desde a Antiguidade, a filosofia é entendida como a mãe de todas as ciências, dela surgiu e se emancipou todas as demais áreas do conhecimento. No transcorrer da história da humanidade não nos falta provas disso. É indubitável que a filosofia conduz os indivíduos a uma percepção mais apurada do meio que o circunda. Entender o porquê das coisas, eis o princípio da filosofia. Como afirma Marilena Chauí (2000):

A atitude filosófica inicia-se dirigindo essas indagações ao mundo que nos rodeia e às relações que mantemos com ele. Pouco a pouco, porém, descobre que essas questões se referem, afinal, à nossa capacidade de conhecer, à nossa capacidade de pensar (2000, p.12).

O ato de filosofar inserido no contexto educacional faz-se primordial. Não se constrói conhecimento sem reflexão, tampouco há reflexão sem filosofia, pois, o simples ato de questionar acerca das coisas que nos circundam já é filosofia. Na Antiguidade, Platão (2000) via a filosofia como um saber verdadeiro que deve ser usado em favor dos próprios homens.

Tecendo uma análise acerca desta proposta nas escolas modernas, percebe-se uma desvalorização da perspectiva filosófica como meio de se formar cidadãos livres, de se valorizar a autonomia e o desenvolvimento crítico dos mesmos. Frente a essa problemática surge uma diversidade de discussões, entre as quais aquela trazida pelos governantes e líderes em todo o mundo que temem o cidadão sair do seu comodismo e tornar-se um público crítico, verdadeiramente pensante.

Nos últimos anos tem surgido inúmeros pensadores em defesa da inclusão da filosofia no currículo escolar como Luckesi (2002), Walter Kohan (2000), Dora Incontri (2003), e Lipman (1990). A grande questão que deve aqui maior relevância volta-se à inserção da filosofia na séries iniciais. Falar de filosofia para crianças, mesmo que em pleno século XXI é bastante arriscado, pois há um forte grupo em oposição que tenta criar ou alimentar a “ignorância” da “grande massa”.

Percebe-se frente à manipulação tão estridulosa um objetivo claro, ou o mesmo não seria tão evidente assim? Ora, se desde as séries iniciais os manipuladores da massa estabelecem um padrão educacional que distancia as crianças do “pensar crítico” e tal fato se estende às séries subsequentes como o foi durante anos, torna-se mais fácil conduzir tais indivíduos alienados a permanecerem sob o jugo dos desejos e vontades arbitrárias e individualistas dos generais democratas modernos.

Durante anos no Brasil, a inserção da filosofia no currículo escolar tornou-se um joguete de interesses políticos. A partir de 1971 a mesma deixou de ser lecionada nas escolas por determinação da ditadura militar. Muitos anos depois (2001) o Congresso Nacional aprovou a sua inclusão no ensino médio e de maneira duvidosa o então presidente da República Fernando Henrique Cardoso vetou. Fica aqui, frente a estúpido veto, a proposta à reflexão por parte do leitor: o que motivou “significativa” ação do chefe da República? (HONORATO, 2013)

O Conselho Nacional de Educação (CNE) tem resolução que torna obrigatório a filosofia a partir do ano de 2006. Porém, ainda há algumas designações

obsoletas em torno da resolução. E, é emergente uma discussão acerca da mesma. Considere-se que “se tanto a filosofia como a educação estão dividindo a racionalidade como uma meta comum, não pareceria de todo ultrajante argumentar que, fundamentalmente, toda verdadeira filosofia é educacional e que toda verdadeira educação é filosófica” (LIPMAN, 1999, p. 62).

Ainda não há nenhuma resolução ou lei que obriga a filosofia nas séries iniciais. E, se há tantos anos se arrasta a inserção dessa disciplina no ensino médio, em tese seria aceitável o fato que estejamos tão distantes de alcançar tal intento em relação à filosofia para crianças na forma de lei. Porém, é o grande momento de se pensar e repensar na proposta filosófica relacionada ao currículo escolar como um todo, das séries iniciais ao ensino superior e não criar uma postura mantenedora dos erros cometidos durante anos.

Lipman (1990), pensador americano, trouxe significativa contribuição para uma defesa filosófica nas séries iniciais. Segundo ele, a filosofia tende a valorizar os anseios e indagações da própria criança e não aqueles que de maneira errônea julgamos ter utilidade para elas. Mas, poderíamos nos perguntar: por que valorizar os anseios e necessidades da criança? Ora, da mesma maneira que os adultos eles são seres possuidores de uma dignidade a ser respeitada e de uma individualidade a ser promovida.

Um dos grandes mestres da filosofia na Antiguidade, Platão, afirmara em seu livro *A República*: “Ora tu sabes que, em qualquer empreendimento, mais trabalhoso é o começo, sobretudo para quem for novo, sobretudo nessa altura que se é moldado, e se enterra a matriz que alguém queira imprimir numa pessoa” (*A República*, II 37b).

Essa fala platônica nos imputa a pensar melhor acerca da importância de uma formação sólida, coerente, que valorize a liberdade, a individualidade e a criticidade do aluno. Pois, sendo essa a fase que se constrói o caráter de um indivíduo, torna-se ainda mais necessário um olhar que valorize a dignidade da criança.

A filosofia é capaz de fornecer ao infante a possibilidade de discutir acerca dos mais diversos conceitos que envolvem o mundo no qual o mesmo está inserido, questionando e compreendendo paulatinamente as questões que movem a filosofia, respondendo assim o “por quê?”, “o quê?” e “para quê?”, imbuído em cada conjuntura humana. Eis aqui o que se conhece por filosofar!

A ideia citada acerca da proposta de inserção da filosofia nas séries iniciais na visão de Mathew Lipman, foi introduzida no Brasil no ano de 1985 pelo Centro Brasileiro de Filosofia para Crianças. Atualmente diversos estados trabalham com essa proposta que no livro *A Filosofia Vai à Escola* do mesmo autor torna-se bem entendido. A ideia de Lipman (1990) é levar aos alunos através de novelas, romances e outras leituras a refletirem de maneira crítica sobre a realidade.

Projeto semelhante foi desenvolvido pela autora brasileira Rosângela Trajano (2012) que produziu riquíssimo material para ser trabalhado nas séries iniciais e de modo subsequente nas séries que contemplam o ensino fundamental II. Através de seus livros a autora conduz as crianças a pensarem sobre as histórias por ela narradas com o escopo de aguçá-los à discussão.

A proposta trazida por Lipman (1990) e Rosângela Trajano (2012) remete à ideia também estudada e discutida na indagação clínica de Piaget (1973). Esse modelo dialético partilhado com os alunos permite um aprimoramento, da relação aluno-professor, aluno-aluno, criando assim um ambiente cada vez mais fortalecido por ideias que desenvolvam o indivíduo e o todo que é a sociedade humana.

É cogente despertar na própria criança um senso de autonomia, pois a mesma carece desde seus “primeiros passos” aprender e entender seu papel na construção da sociedade. É mister a valorização de seres críticos, verdadeiros pensantes, capazes de contribuir de maneira expressiva na formação de uma sociedade cada vez mais humana e organizada. Portanto, objetiva-se deixar de lado aquela visão outrora citada, de que os adultos é quem devem definir de maneira absoluta e inquestionável as necessidades da própria criança.

Filosofar em sala de aula, sobretudo com crianças, apresenta ser uma atitude ousada, porém necessária no mundo hodierno. Exige-se com essa proposta uma ruptura com padrões curriculares estabelecidos. Portanto, a mudança exige um repensar a educação e as posturas engessadas até então, principalmente por uma corrente tradicionalista que vê o aluno meramente como um receptor de fórmulas, regras e conceitos.

“A reforma da educação tem de ter a investigação filosófica compartilhada na sala de aula como um modelo heurístico. Sem a orientação de um paradigma como esse, continuaremos a ser arrastados e o currículo continuará a ser uma mixórdia” (LIPMAN, 1990, p.34).

Inserir a filosofia no contexto educacional das crianças exige que os mesmos sejam tidos como construtores, questionadores e não meros receptores. Ou seja, ordena outorgar-lhes o que de fato lhes deve: a ação. Segundo Piaget (1973) é a ação que dá significado. E, que significado tem sido dado à ação por aqueles que constroem a educação?

Ainda segundo Piaget (1973): Compete às crianças, através de pacto com o educador, organizarem essa sociedade que é a sala de aula, visto que a sala de aula forma uma sociedade real, baseada no trabalho em comum de seus membros.

Enquanto não se entender o ambiente escolar como essa sociedade da qual fala Piaget, não estaremos formando cidadãos críticos. É indispensável valorizar cada um dos membros dessa “sociedade” e as significativas experiências trazidas pelos mesmos. A filosofia traz como finalidade a construção de uma autonomia intelectual. Essa autonomia intelectual não coloca os indivíduos como seres isolados do mundo, mas, ao contrário, os faz ver cada indivíduo e a si próprios como membros pertencentes a uma mesma comunidade.

Ao ajudar as crianças a aprenderem como raciocinar juntas, nós lhes damos uma amostra do que pode ser comunidade. Se falharmos em reforçar isso, elas podem ficar marcadas para o resto de suas vidas, com essa fraqueza: uma compreensão empobrecida dos méritos e benefícios genuínos da democracia participativa. (LIPMAN, 1990, p. 88).

Matthew Lipman (1990) deixa claro ainda que a filosofia é atraída pelo problemático, e talvez seja esse um dos ensejos que permeiam o não reconhecimento do papel dessa disciplina à qual se discute. Leva-se aqui em consideração a “imaturidade” da criança para discutir sobre assuntos e ideias apresentadas como “problemáticas” ou “difíceis”. Ora, se ocorre um afastamento do que é tido como problemático, a abordagem instrucional que passa a ter valor é aquela que apregoa a necessidade dos estudantes de tão somente “aprender” o que é ensinado em sala de aula, não favorecendo de modo algum a reflexão crítica a respeito da problemática envolta a tal “aprendizagem”.

A construção e reconhecimento do significado existente frente a um problema é que gera o pensamento. Ideias fechadas, apresentadas como completas e ultimadas em nada favorecem o pensamento. Não se pode conceber um espaço de construção de conhecimento sem uma reflexão contínua que deve ser valorizada

pelo trabalho e busca árdua do educador. Se o mesmo não compreende o seu papel frente a isso, tampouco o aluno entenderá a necessidade de se refletir e pensar o mundo e os problemas envoltos em torno de si.

Infelizmente, a sociedade moderna otimiza o “conhecimento pronto”, e em muitos aspectos a tecnologia foi forte aliada para que se criasse esse ambiente tão imediatista e mecânico, mesmo no contexto educacional. Parece mais fácil optar por um computador e máquinas que produzem de maneira tão veloz tudo, do que pensar sobre como se pode construir de maneira autêntica e inteligente um raciocínio sobre algo.

Do mesmo modo que tal mecanização atingiu o aluno, também o foi com os professores. E, dessa maneira há de se refletir a grande dificuldade frente à valorização de uma construção crítica da criança, visto que aqueles que deveriam ocupar um papel de mestres-orientadores não têm se quer o conhecimento do que é uma reflexão crítica ou filosófica (LIPMAN, 1990).

Inúmeras vezes encontramos outra condição arriscada na educação: fala-se de uma valorização da individualidade humana, mas de maneira concomitante não há uma valorização da filosofia. Tal ideia apresenta-se indubitavelmente contraditória, pois não se pode conceber um valor à individualidade sem que se valorize no contexto escolar o filosofar. Parece ousada tal afirmação, no entanto considera-se o fato de que nenhuma outra área do conhecimento traz como cerne e alma o questionamento e a reflexão crítica como a filosofia. Na realidade, isoladas da filosofia, questionamento e reflexão em tais áreas são apenas frutos possíveis frente a uma avalanche de conceitos e padrões pré-concebidos, e não instrumentos primários das mesmas. (LIPMAN, 1990)

A riqueza outorgada à filosofia a coloca num papel de destaque entre as demais disciplinas. Não se afirma com isso que as demais sejam vãs na prática educacional. Mas, ao contrário se demonstra ser a filosofia a possuidora dos instrumentos necessários para que com eficácia possa se falar de matemática, história e do estudo de qualquer outra disciplina. Mas, o estudo destas últimas torna-se insuficiente se não está entrelaçado com a prática filosófica. A perspectiva quando gerida por um espírito crítico, conduz de maneira mais precisa ao escopo final que é o conhecimento.

Lipman (1990), afirmava que os educadores tem enorme responsabilidade pela irracionalidade da população mundial. Inúmeras vezes as salas de aulas

tornam-se os lugares mais sombrios e inóspitos que se pode conceber. As práticas e padrões de ação e planejamento tornam-se os mais irracionais possíveis. Como pensar num ambiente que aprecie uma reflexão crítica se cotidianamente os alunos são tomados por posturas demasiadamente mecânicas e insensatas?

As consequências da desvalorização da filosofia, muitas vezes não são refletidas, porém sua drasticidade não deixa de ser real. Mesmo sendo resignada ela conseguiu através dos séculos se sustentar com um riquíssimo e vasto legado como afirma Lipman (1990):

Curiosamente, a despeito de sua contínua impotência social, a filosofia permaneceu, em seu próprio domínio, uma disciplina de incrível riqueza e diversidade. Apenas nos últimos séculos é que surgiu um novo sinal sugerindo que a filosofia tem aplicações práticas jamais imaginadas pelos acadêmicos, e aqui e ali existem aqueles que ficam maravilhados diante do vasto panorama de sua aplicabilidade (1990, p.28).

Segundo Marie-France Daniel (2005), o intento da reflexão não é produzir pequenos sábios, mas conduzir as crianças a pensarem de forma ponderada e justa quando se encontram numa situação problemática. Ora, não raras vezes tem-se uma visão errônea acerca dos objetivos de se instaurar um programa de filosofia para crianças. Quando se fala em filosofar está se falando num processo sumamente necessário para o ordenamento da vida humana. Pensar em filosofia vai além de se falar sobre filósofos antigos como Sócrates, Platão ou Aristóteles, tampouco a mesma se restringe em falar de pensadores modernos como Marx, Hegel ou Kant. Mas, antes de tudo “pensar o próprio pensar” dos mesmos. E aí reside o grande diferencial!

O contato direto com certas obras filosóficas nas séries iniciais não é primaz de modo imediato. E, isso não trará a ausência do “pensar filosófico”. Quando se cria a partir disso um entrave, a fim de não considerar ao menos significativo o acesso por parte das crianças ao filosofar, nada mais se percebe do que uma ignorância colossal. A filosofia é muito mais ampla e ontologicamente ligada ao homem do que se pode ponderar.

Rousseau (1762), filósofo abundantemente criticado por alguns pensadores trouxe uma reflexão importante acerca da relevância de se pensar a educação das crianças. Segundo ele a infância é o momento onde se vê, se pensa e se sente o

mundo de um modo próprio. Mas, que importância tem sido dada por parte daqueles que fazem a educação para essa maneira própria de cada indivíduo ver, pensar e sentir o mundo de um modo próprio? Aqui, se fala de respeito às individualidades, tema muito discutido na atualidade, mas negado de igual modo. Não faltam autores que em seus debates acerca da elaboração dos currículos educacionais façam menção a essa individualidade. Mas, não basta discuti-la, é preciso ação! É preciso ver a criança como um ser único, assim como os demais humanos.

Na obra *Emílio* Rousseau (1762) destaca a importância da educação quando propõe educar o Emílio para que ele antes de tudo possa conhecer a si mesmo e assim reunir os subsídios necessários para lidar melhor com as instabilidades trazidas pela vida social, além de suas próprias emoções.

Sabe-se que o pensamento de Rousseau foi com afinco criticado pelos mais diversos filósofos e estudiosos, devido ao modo com o qual ele estabelece a relação indivíduo e sociedade. Ora, sua crítica referente à perversão de caráter que o convívio social instaura foi também aceita e reestruturada por diversos outros autores. Porém, não se tem como objetivo a análise dessa obra, tampouco da educação do Emílio em si. Mas, se faz significativo perceber a importância dada por Rousseau à educação das crianças. E, justamente aqui reside a relação com a proposta desse artigo. Nessa fase tão frágil e importante da vida humana, é preciso preocupar-se em que tipo de cidadãos estão sendo formados.

3 CONCLUSÃO

O não respeito às individualidades e autonomia ainda é um problema existente nas instituições educacionais. Um grande número de professores e demais pessoas que edificam a educação só conseguem ver a filosofia como algo chato, complicado e desnecessário. Perde-se com isso a valoração ao maior exercício proposto pela filosofia que é o pensar crítico.

Objetivando-se inserir o educando num plano para o pensar, é emergente fazer com que as instituições educacionais sejam molas propulsoras para a supracitada autonomia. A dialógica envolta ao ato de filosofar não se compatibiliza com o modelo de ensino tradicional ainda existente em algumas escolas. Nessa perspectiva é imprescindível uma retomada das posturas vigentes na educação, pois

o alcance significativo de um aluno capaz de interação e envolvimento em sala de aula passa por uma revisão das práticas didático-pedagógicas dos professores.

É inerente à uma perspectiva de formação integral o respeito à liberdade e individualidade humana. A filosofia é o instrumento para que se chegue a tal fim, considerando que o objetivo da mesma é que se construa e forme indivíduos críticos, capazes de interferir no meio em que vivem e de se questionarem acerca das imposições que muitas vezes lhes são apresentadas nos mais diversos círculos sociais. O sustentáculo que evidencia o significativo papel ocupado pela filosofia na formação de verdadeiros pensantes está na própria história, fato comprovado através desta pesquisa bibliográfica por meio de pensadores que atuaram nos mais diferentes séculos e contextos.

Finalmente, se as habilidades necessárias para o pensar nas outras áreas do conhecimento e disciplinas tem de ser aperfeiçoados de modo apriorístico, identificamos a motivação de que a filosofia se torne disciplina obrigatória nas séries iniciais. Pois, a partir dela e da relação entre a mesma e as demais áreas do conhecimento se favorecerá a edificação de um indivíduo reflexivo e crítico, capaz de manifestar onde quer que esteja o que de fato significa ser pensante.

REFERÊNCIAS

CARRAHER, Terezinha N. **O método clínico: usando os exames de Piaget.** Petrópolis: Vozes, 1983.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ática, 1999.

DANIEL, Marie-France. **A filosofia e as crianças.** São Paulo: Nova Alexandria, 2000.

FERREIRO, Emília. **Atualidade de Jean Piaget.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

HONORATO, Gabriela de Souza. *Sociologia e ensino médio: conquista e desafios.* Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/069/69honorato.htm>>. Acesso em: 20/02/2013.

INCONTRI, Dora. **É possível a criança filosofar.** Disponível em: <<http://www.hottopos.com/rih6/dora.htm>>. Acesso em: 20/02/13.

KOHAN, Walter O.; WUENSCH, Ana M. (org). **Filosofia para crianças.** V. 1. Petrópolis: Vozes, 1998.

LUCKESI, Cipriano Carlos; PASSOS, Elizete P., **Introdução à Filosofia: aprendendo a pensar**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIPMAN, Matthew. **A filosofia vai à Escola**. São Paulo: Summus, 1990.

PIAGET, Jean. **Para Onde Vai a Educação?** Rio de Janeiro: Unesco. 1973.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martin Claret, 2000.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TRAJANO, Rosângela. **Filosofia para crianças**. Natal: Lucgraf, 2012.